

8.

SETEMBRO · 2022

*Ponte de Lima:
do passado ao presente,
rumo ao futuro!*





FIGURA 1.

A Casa de Calheiros

O PAÇO DE CALHEIROS E O VINHO DO VALE DO LIMA — CONTRIBUTOS PARA A SUA HISTÓRIA

THE PAÇO DE CALHEIROS AND THE WINE OF THE LIMA VALLEY — CONTRIBUTIONS FOR YOUR HISTORY

Relevamos nesta abordagem a importância do património que o atual Paço de Calheiros gerou, o relevo histórico da linhagem que nele viveu até aos nossos dias, bem como o seu papel na moldagem da história agrária do Vale do Lima, a partir do interesse da Casa pela vitivinicultura.

In this approach, we highlight the importance generated by the current Paço de Calheiros' cultural heritage, the historical relevance of the lineage that has lived in it until the present day, as well as its role in shaping the agrarian history of the Lima Valley, based on the House's interest in viticulture.

PATRIMÓNIO, HISTÓRIA FAMILIAR,
ECONOMIA AGRÁRIA, VINHO

HERITAGE, FAMILY HISTORY, AGRARIAN
ECONOMY, WINE

ANTÓNIO BARROS CARDOSO^[1]

Falar sobre o Paço de Calheiros implica grande disciplina, sobretudo por parte de quem, como nós, convivemos de perto com o seu passado, já que, em 2010, acompanhamos um projeto de organização e preservação do arquivo da Casa de Calheiros^[2]. Nessa altura, pudemos constatar a importância daquele acervo documental para a história do Paço, das famílias que se ligaram à Casa de Calheiros, mas percebemos igualmente o seu relevo para a História da Vila e Concelho de Ponte de Lima, tão vasto é o conjunto documental que encontramos e do qual resumam múltiplos e variados subsídios para um melhor conhecimento da realidade histórica que envolveu este espaço dominial. De facto, enquanto cabeça de vastos domínios, a boa administração da Casa de Calheiros encontrou nos cereais, mas também nos vinhos que as suas terras davam, importantes fontes de rendimento.

As origens do Paço de Calheiros

Também conhecido por Quinta do Pinheiro, o Paço de Calheiros situa-se na freguesia de Santa Eufémia de Calheiros, do concelho de Ponte de Lima. A sua origem mais remota encontra-se na antiga Honra de Calheiros^[3], concedida pelo Rei D. Dinis a Martim Mar-

tins Calheiro e confirmada por D. Afonso IV, em 5 de fevereiro de 1336, apesar de se conhecer um registo com data de 1122, relativo a uma compra de propriedades em Ponte do Lima feita por Fernão Pires Calheiros e sua mulher Martim Moniz. Nas inquirições de Dom Afonso III, em 1258, aparece registado o vínculo da família com a terra de Santa Eufémia de Calheiros. Mais tarde, nas inquirições de D. Dinis de 1288, é mencionado Fernão Fernandes de Calheiros e as mercês que recebeu do rei^[4]. Não conseguimos estabelecer relação entre Fernão Rodrigues Calheiros e a concessão da já referida Honra, entregue à Família pelo rei “Lavrador”. Contudo, não nos custa admitir que exista alguma influência, sabendo nós que os reis portugueses da primeira dinastia cumulavam de privilégios os seus trovadores e bobos^[5]. Fernão Rodrigues Calheiros, foi fidalgo e trovador português e viveu em finais do século XII e princípios do séc. XIII. Sabe-se de fontes seguras ter sido um dos mais importantes compositores do movimento literário medieval conhecido por “trovadorismo” e grande impulsor do galaico-português. Era oriundo do Alto-Minho e pertenceu à Casa de Calheiros^[6]. Notamos que a poesia trovadoresca Galaico-Portuguesa difunde-se a partir do final século XI, seguindo a tradição poética da Occitânica trazida pelos peregrinos a Santiago de Compostela^[7]. Mais tarde, o rei D. João I concedeu duas provisões à Casa de Ca-

^[1] Professor Aposentado da Universidade do Porto, Investigador Integrado do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» – FLUP – UP. Presidente da Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho – APHVIN/GEHVID

^[2] Realizado com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, da APHVIN/GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho e Município de Ponte de Lima.

^[3] Anteriormente a 1834, data da reforma administrativa portuguesa desenhada por Mouzinho da Silveira, Honra, correspondia a uma terra, ou circunscrição administrativa, entregue pelo rei a um Senhor ou Fidalgo.

^[4] “E a quintão que foi de Fernão Fernandes, he provado que as viron honradas des que se acórdão as testemunhas, e de ouvida de longo tempo seião honradas que son filhos de algo em quanto forem de Filhos de algo. Item o Casal que chamão Casal do Outeiro o Mordomo de el Rey demande

seus direitos athe o Lugar que chamão Caldellas, hum cazal que foi dos Calvos he provado serem duas terras dos Lavradores e hua terra ganhou Fernão Fernandes Calheiros, e fez ahi um Paço onde mora n.mente e allem deste Paco muitas cazas terreas em Brandara e Cazaes na freguesia de Calheiros e de outras muitas partes, e assim os Montados da freguesia de ElRey e havia em Campello dois Cazaes que tem o Mosteiro de Veturinho e que havia ElRey metade de todo o Montado de Calheiros e de tudo isso fez merce o dito Rey ao dito Fernão Fernandes de Calheiros para elle e os seus descendentes”.

^[5] A título exemplificativo, D. Sancho I, em 1193 fez doação de um casal em Canelas a Bonamis e Acampaniada, bobos da corte régia, propriedade que lhes foi entregue por Pedro Mendes como recompensa por serviços prestados ao monarca. Mais tarde, esta doação foi confirmada por D. Afonso II, em 1220, gesto que os bobos da corte pagaram com um arremedilho, um género teatral baseado em imitações de

figuras públicas.
PARENTE, João.
(2013). *Idade Média
no Distrito de Vila
Real – Documentos
do ano de 568 ao ano
de 1278*, Vila Real:
Âncora Editora, Tomo
I, p. 169 e 765.

[6] Era filho de
Rodrigo Fernandes
de Calheiros,
Cavaleiro da Ordem
de Calatrava, e
Irmão de Paio e
Pedro Rodrigues de
Calheiros. Foi pai
ou avô de Pedro
Fernandes de
Calheiros, Cavaleiro
e Comendador da
Ordem de Santiago.
JOSSERAND,
Phillippe (2004).
*Eglise et pouvoir
dans la péninsule
ibérique*. Madrid:
Casa Velasquez,
2004, 204 páginas.
«Cantigas Medievais
Galego-Portuguesas».
cantigas.fcsh.unl.pt. Consultado em
27 de agosto de
2019. Citados em
Fernão Rodrigues
de Calheiros
– Wikipédia, a
enciclopédia livre
(wikipedia.org).

[7] Santiago de
Compostela era
nessa altura o grande
centro urbano do
norte da Península,
desenvolvido pelas
relações dinásticas
e pelos cavaleiros
e nobres franceses.
O Trovadorismo
é considerado o
primeiro movimento
literário em língua

portuguesa, tendo
tido um papel
fundamental no
desenvolvimento
gramatical e
utilização do
português e galaico-
português. No
século XII a poesia
trovadoresca já fazia
parte dos círculos
nobiliárquicos e nas
cortes da Península,
onde o núcleo dos
principais trovadores
pertencia à nobreza.
Os temas abordam os
ideias cavaleirescos
mas também o amor
e as virtudes da dona
“a beleza da dona
e a sua condição
social, dedicando-
lhe o seu amor e
serviço e solicitando
o retorno do favor...
numa relação
feudo-vassálica
entre a senhora e
o trovador, relação
essa que se revela
inconcretizável”
dando origem aos
Cantares de Amor
e aos *Cantares
de Amigo*. É neste
contexto que vive
Fernão Rodrigues de
Calheiros, cuja obra
atravessa as *Cantigas
de Amor*, *Cantigas de
Amigo* e *Cantigas de
Escárnio e Maldizer*,
tendo sobrevivido
até aos nossos dias
mais de 30 poesias
da sua autoria.
CORREIA, Carla – *A
difusão ibérica dos
trovadores galego-
portugueses*. Porto:
Faculdade de Letras
da Universidade do
Porto, 2016.



FIGURA 2.
Brasão de Armas dos Calheiros

lheiros que se revestiram de grande importância, ambas foram concedidas a Garcia Lopes Calheiros, o Velho. Através da primeira, entregou-lhe as terras de Bural, no almoxarifado de Ponte de Lima, com todas as rendas, direitos, tributos, foros e pertenças^[8], concessão datada de 4 de dezembro de 1415. Esta terra foi parte do domínio de Calheiros até 1515, ano da concessão do foral novo à Terra de São Martinho e de *Bural de Lyma*, em 1 de maio daquele ano pelo rei D. Manuel I^[9]. Nesse documento foram envolvidas quase todas as terras que integram as freguesias do atual concelho de Ponte de Lima, situadas na margem direita do rio Lima, abrangendo Cabração, Labruja, Labrujó, Rendufe, Vilar do Monte, Bárrio, Cepões, Calheiros, Brandara, Arcozelo, Moreira do Lima, Estorãos, Sá, Bertianos, Santa Comba, Arcos, Fontão e ainda algumas terras da margem esquerda do Lima como as que hoje constituem as freguesias de Ribeira, Gemieira, Gandra, Santa Cruz do Lima, Beiral do Lima e Gondufe. Por outras palavras, a Casa de Calheiros, desde o tempo de D. João I que senhoreava boa parte do território que hoje constitui o Concelho de Ponte de Lima.

Pela segunda provisão, o mesmo rei D. João I, fez saber a Vicente Annes, Contador da Comarca de Guimarães e Ponte de Lima, e a Lopo Rodrigues, Almojarife da mesma Vila e aos que daí em diante ocupassem aquele cargo, que fazia graça e mercê ao mesmo Garcia Lopes de Calheiros "... que haja e

tenha de nós em tença, daqui em diante enquanto nossa mercê for as nossas deveras do ditto lugar de Ponte de Lima..." com todas as rendas e direitos^[10]. A carta foi passada em Santarém, a 1 de setembro de 1416.

D. João III fixa as Armas dos Calheiros (1528)

Mais tarde, Gonçalo Lopes de Calheiros, obteve do rei D. João III o Brasão que a Família Calheiros ainda hoje ostenta. Aquele fidalgo descendente da geração e linhagem dos Calheiros, filho legítimo de Gonçalo Lopes de Calheiros solicitou ao monarca a *Carta das Armas* que foram do tronco da sua linhagem para que não se perdesse com ele a memória dos seus antecessores que, pelos merecimentos de seus serviços ganharam privilégios, honras, graças e mercês que por direito lhe pertenciam. O rei D. João III mandou então inquirir e verificar pelo Doutor Braz Neto, Desembargador do Paço, concluindo que a carta das armas de Calheiros se encontrava registada nos livros de armas de nobres e fidalgos do reino de Portugal. Certificou-se igualmente que Gonçalo Lopes de Calheiros era filho legítimo de Diogo Lopes e bisneto de Garcia Lopes de Calheiros, chefe e tronco desta geração e linhagem. Só depois mandou então emitir a respetiva Carta de Armas que se descreve em nota^[11].

Mais tarde, em 1566, o rei D. Sebastião, ratificou a demarcação do

[11] "...o campo azul com cinco vieiras e aspa de pratta riscadas de preto e três estrelas de prata de cinco pontas cada hua em fxa ao pé do escudo, e elmo de pratta paquiste de pratta azul e por ombre dous bordões de Santiago de pratta em aspá e no meo hua das vieiras o qual escudo, armas e sinais sem outra diferença e Chefe dellas possa trazer e tragua o ditto Garcia Lopes de Calheiros assim como as trouxeram e dellas usarão seus antecessores e todos os lugares de honra e que os nobres e antigos fidalgos, e os ditos seus antecessores sempre costumarão as trazer em tempo dos muis esclarecidos Reys meus antecessores e com eles possa entrar em batalhas, confrontos, duelos, retos, escaramuças, e desafios, e exercitar com ellas todos os outros autos licitos de guerra e de paz, assi as possa trazer em seus firmas, anéis e sinetes e divisas e as por em suas casas e edificios e

[8] APC-A-008-008.1-DOC.1 - cx.1.

[9] Processo inserido na vulgarmente designada *Reforma Manuelina dos Forais*, que corporiza entre nós a passagem do Estado Medieval ao Estado Moderno. Por isso, gerou documentos marcados pelo cunho económico, patrimonial e rentista.

[10] Entende-se por deveras terras cercadas ou aldeias. APC-A-008-008.1-DOC.1 - cx.1.

deixalas sobre sua
própria sepultura e
finalmente se servir
e honrar convir e
aproveitar dellas,
e tudo e por tudo
como à sua nobreza
convem, com o que
quero e me praz que
haje elle e todos
seus descendentes
todas as honras
e privilegios,
liberdades, graças,
mercês, isenções e
franquias que hão de
e devem haver os
fidalgos nobres e de
antigua linhagem e
como sempre de tudo
usaram e gozaram
seus antecessores e
porem mando a todos
meus Corregedores,
desembargadores,
Juizes, justicas
e Alcaides e
especialmente aos
meus Reis de armas,
arautos, passanantes
e a quaisquer outros
officiaes e pessoas
a que esta minha
carta for mostrada
e o conhecimento
della pertencer que
em todo lha cumprão
e goardem, e façam
comprir e goardar
como em ella he
conteúdo, sem duvida
nem embargo algum,
que em ella seja
posto, porque assim
he minha mercê.”
APC-A-008-008.1-
DOC.1 - cx.1.

[12] O domínio
de Calheiros
compreendeu o
Solar de Calheiros,
as Terras de Santo
Estevão de Geraz,
Beiral do Lima e
Reguengo de Castelo,
as Terras de Bural
e o Almoxarifado
de Ponte de Lima,
Devezas de Ponte de
Lima, recebendo os
seus detentores em
finais do século XIX
o título de Condes
de Calheiros (1890).
CALHEIROS, Diogo
Lopes, *Memorial de
Calheiros* in “Arquivo
de Ponte de Lima”,
Vol. II, Câmara
Municipal de Ponte
de Lima, 1987.

Domínio de Calheiros, bem como
os respetivos direitos a Diogo Lo-
pes de Calheiros, autor do conhe-
cido “*Memorial de Calheiros*” e
antigo Provedor da Misericórdia
de Viana (1568). Vinculada em
Morgadio, desta Honra faziam
então parte o Padroado da Igreja
de Santa Eufémia de Calheiros e
igrejas anexadas, bem como os
sétimos de Lastral e de Vilar do
Monte.

O Paço e a linhagem dos Calheiros

Como acontece com outros pa-
trimónios de origem nobre, o Paço
de Calheiros iniciou-se com uma
torre construída na Idade Média
adossada à capela, demolida no
fim do séc. XVII pelo Morgado
Francisco Jácome Lopes de Ca-
lheiros^[12]. Já o atual Paço, desen-
volve-se em ambos os lados da ca-
pela dedicada a S. Bento, patrono
da família. A construção evoluiu
para as torres laterais, mantendo-
-se o templo ao centro. Esta ree-
dificação data de 1450, como se
lê na lápide existente no portão
da entrada da Casa, cuja legenda
em caracteres góticos diz: “Desta
antiga e nobre casa preced’os Ca-
lheiros: Fidalgos d’Solar”. Naque-
la altura era senhor da casa Diogo
Lopes de Calheiros, filho de Gar-
cia Lopes de Calheiros, o Velho.
É, contudo, imprecisa a origem da
Família Calheiros. No texto das
Memórias Paroquiais, inquérito
enviado aos curas e abades das
paróquias portuguesas, em 1758,



o pároco João Velho Barreto, capelão fidalgo e abade da paroquial igreja de Santa Eufémia de Calheiros, indica que a família descende de D. Arnaldo de Baião, guerreiro alemão que, pelos anos de 985, veio a terras de Espanha batalhar contra os mouros e se tornou tronco de várias famílias nobres de Portugal.

Outros afiançam que a família teve origem em Pedro Martins de Chacim Calheiros ou D. Álvaro de Luna, abade de Rendufe. Para outros, a Casa de Calheiros teve origem no reinado de D. Afonso III, com Vasco Fernandes. Este tomou o apelido Calheiros da quinta e torre onde vivia. Mais tarde, em 1385, quando o seu descendente Garcia Lopes Calheiros auxiliou

D. João I a conquistar o castelo de Neiva e a vila de Ponte de Lima, o fundador da Casa de Aviz, já o dissemos, fê-lo alcaide-mor de Ponte, com os seus reguengos e o senhorio de Santo Estevão da Facha, com todos os bens móveis e de raiz, que foram de Lopo Gomes de Lira. Igualmente se aventa a hipótese de que os Calheiros tomaram o brasão dos Velhos, por serem da sua prole. No entanto, os Velhos e os Calheiros descendem de D. Ayres Nunes, originário da Galiza. Por esse motivo, como vimos, adotaram nas suas armas as vieiras e os bordões de Santiago de Compostela. Assim e seguindo o *Memorial de Calheiros* a família provém de Dom Aldias e de sua mulher Dona Gontinha, dos quais

FIGURA 3.

As vinhas de Calheiros

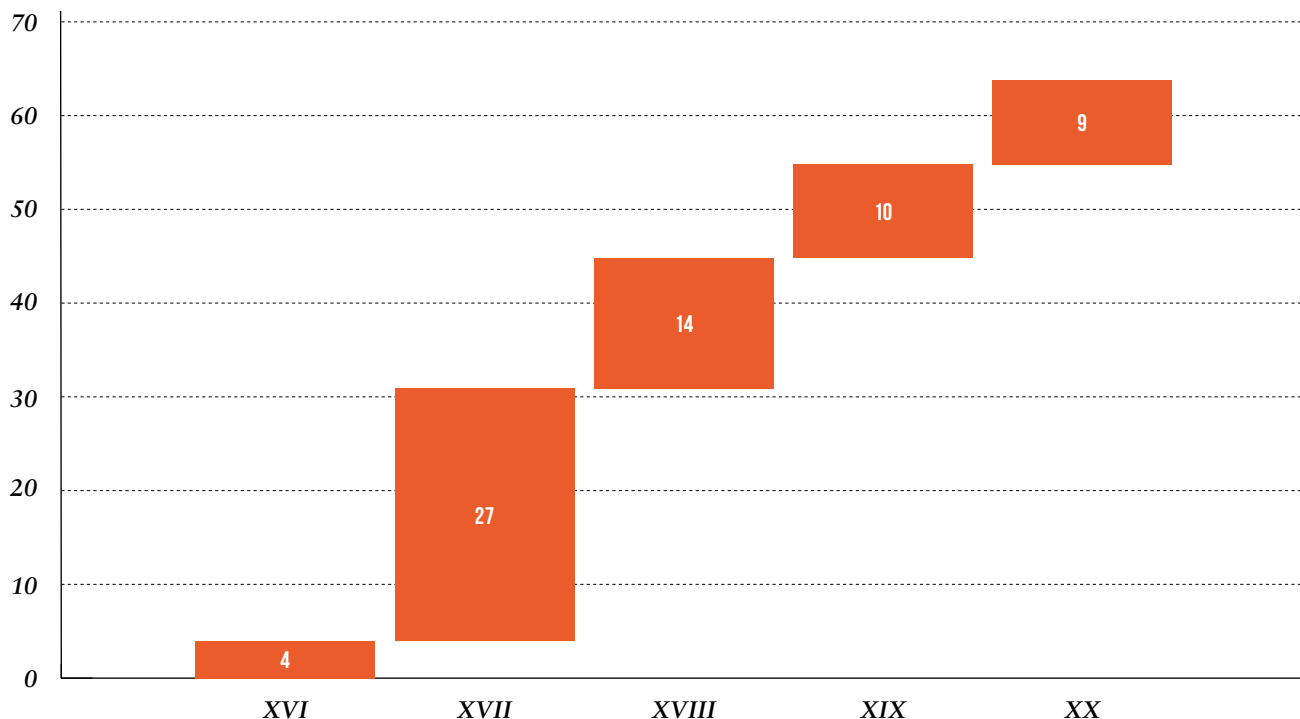


GRÁFICO 1.

Número de documentos que se referem a vinho e vinhas no Arquivo do Paço de Calheiros (séculos XVI a XX)

procede Martim Martins de Calheiros que, como também já apontamos, obteve de D. Afonso IV a sentença da Honra de Calheiros. Dom Aldias e Dona Gontinha, foram responsáveis e edificadores do Mosteiro de Calheiros, cujas freiras se mudaram para esse lugar, vindas de mosteiro de São Cristóvão de Labruja, cenóbio beneditino fundado em 942, pelo bispo de Tui S. Hemório.

Inicialmente, da invocação de Sant'Ana e a seguir do Salvador, o mosteiro da freguesia de Calheiros viu as suas terras emprazadas e a capela incorporada no Paço de Calheiros. No campo chamado de Salvador apareceram ruínas deste mosteiro que aqui se manteve até 1354, altura em que as religiosas

se mudaram para o cenóbio de Vitorino das Donas, na margem oposta do rio Lima.

Até 1520, data do fim do privilégio de manutenção deste mosteiro na família Calheiros, o seu sangue correu no corpo de 13 abadessas do mosteiro beneditino. As carreiras militar, diplomática e do funcionalismo público, foram seguidas por muitos membros da família Calheiros.

De nobres de Honra a Condes de Calheiros

Francisco Lopes de Calheiros e Meneses, foi o primeiro conde de Calheiros (1856 –1929). Foi igualmente deputado às Cortes

e fidalgo português. Era filho de Francisco Lopes de Calheiros de Meneses e Benevides e de Maria Emília da Madre de Deus Falcão Cota de Bourbon de Azevedo e Meneses. Casou-se em primeiras núpcias, em 1882^[13], com Maria da Glória Alves Guimarães, de quem teve dois filhos: Francisco e Afonso. Contraiu matrimónio, em segundas núpcias, com Fernanda Elisa de Catalá do Amaral Osório, com quem teve mais um filho: Francisco do Amaral, feito Conde por Dom Carlos I de Portugal, por decreto de 20 de março de 1890^[14]. Após sua morte, o seu neto Francisco Lopes de Calheiros e Meneses e o seu bisneto Francisco da Silva de Calheiros e Menezes tornaram-se, sucessivamente, pretendentes ao título.

O proprietário desta Casa, é atualmente Francisco Silva de Calheiros e Menezes, chefe do nome de armas de Calheiros, Senhor do Solar de Calheiros e legítimo representante do Título de Conde de Calheiros. Em conjunto com o seu pai, Francisco Lopes de Calheiros e Meneses, levou a cabo grandes obras de restauro no Paço de forma a abrir as suas portas ao turismo de habitação, transformando-o numa casa para o mundo. Contudo, o património que a mesma encerrou ao longo dos séculos, como bem demonstra o seu arquivo, resultou igualmente da união de elementos da família fundacional da Casa de Calheiros com outras famílias. Destacamos a casa dos Velho Barreto, em consequência do casamento de João Velho

Barreto de Araújo com Vitória da Cunha Calheiros, Senhora da casa de Calheiros. Também a Casa Falcão Marinho e Barbosa Aranha, pelo casamento de Maria Teresa Falcão Sottomayor Marinho de Barbosa com Francisco Lopes de Calheiros Meneses Benevides e à Casa de Benevides Mendanha pelo casamento de Maria de Benevides com Francisco Jácome Lopes de Calheiros e Casa dos Senhores de Lira, pelo casamento de Maria Quitéria de Lira Manoel de Meneses com Pedro Lopes de Calheiros e Benevides, passando pela família Lago e Moscoso, pelo casamento de Ângela Maria do Carmo Jácome do Lago Moscoso com Pedro Lopes de Calheiros e Meneses. Destas ligações e de outras interações familiares com importantes casas da nobreza portuguesa, ficou marca no arquivo do Paço de Calheiros que, por isso, encerra mistérios que a investigação histórica se encarregará por desvendar.

O vinho de Calheiros

A preservação secular da Casa de Calheiros resultou da boa guarda dos testemunhos da sua antiguidade e do saber adaptar-se à evolução dos tempos. Muito graças à ação empreendedora do atual Conde de Calheiros, a Casa abriu-se ao turismo de habitação, originando mesmo a primeira federação de Casas com relevância histórico-patrimonial existentes um pouco por todo o país. Referimo-nos à

[13] APC-A-004-DOC. 1- CX. 1.

[14] Nascido em 12 de abril de 1856 - APC-A-003-DOC. 1-CX 1.

[15] CARDOSO, António Barros – *O Quotidiano de Ponte de Lima entrevistado pelo Livro dos Acórdãos (1661-1735)* in “Ponte de Lima: do passado ao presente rumo ao Futuro”, nº 1. Dezembro, 2016, p.23-37.

[16] Quem podia pagar bebia do melhor, quem não gozava de folga monetária limitava-se a beber o de mais fraca qualidade. Contudo, era produto de consumo transversal a todos os sectores da sociedade. Não admira por isso serem recorrentes os regulamentos relativos à sua venda e naturalmente a fixação de posturas aos preços pelos quais eram comercializados, segundo as suas categorias. A este propósito ver para o século XVII o caso do Porto. SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo – os Homens as Instituições e o Poder (1580-1640)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Vol. I, 1988, p. 167-177 e para o século XVIII CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes – O Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-1756)*. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2003, Vol. I, p. 206-217.

fundação da TURIHAB, que foi, e continua a ser, uma marca a que a Casa de Calheiros, enquanto federadora de outras Casas, soube valorizar de forma pioneira e integrada o património edificado que preserva, adicionando-lhe as mais valias proporcionadas pelo uso dos produtos endógenos, responsáveis por uma oferta gastronómica diferenciada e de alta qualidade. Por isso, desde cedo que, muito antes de se falar de vinhos e da sua harmonização gastronómica, quase de forma empírica, a Casa de Calheiros já praticava a harmonia entre os vinhos e o que de melhor as suas terras davam. Assim, foi sem estranheza que se percebeu a importância que a Casa deu e continua a dar à sua produção vinícola.

O atual Conde de Calheiros percebeu muito bem esta realidade e iniciou a reconversão das vinhas, com o objetivo de obter produção própria e de lhe emprestar a marca prestigiante da sua Casa. Restaurava assim uma tradição familiar, associando o valioso património de que é depositário ao vinho que, em terras de Ponte de Lima, tem igualmente honras de primeiro plano. Lembramos que a Vila e o seu concelho têm longa tradição na produção vitícola. Basta olhar o que já escrevemos nas páginas do n.º 1 deste periódico^[16] sobre os *Acórdãos* que regularam a vida da Vila nos séculos XVII e XVIII, onde o vinho, assume relevante protagonismo, já porque era alimento, e por isso consumido quotidianamente pelas

populações, independentemente da sua qualidade social e do tipo de vinho^[16].

O Arquivo de Calheiros integra 64 documentos que falam explicitamente sobre vinho ou vinhas, distribuídos cronologicamente de acordo com o gráfico 1.

A simples observação quantitativa parece indicar que na Casa de Calheiros se deu maior importância à vinha e ao vinho no decurso dos séculos XVII e XVIII. Contudo, uma observação mais minuciosa da documentação mostra mesmo as grandes preocupações com a vitivinicultura. A título meramente exemplificativo e olhando apenas alguns dos documentos acima enumerados, o interesse pelos vinhos está documentado logo em 1601, a 9 de julho e através da venda feita por António José Passos Velho ao vigário Jorge Lemos. Por ele ficamos a saber que meia pipa de vinho se vendia a 9000 réis^[17].

Já o referimos, à Casa de Calheiros juntaram-se por casamento outras famílias e uma delas, os Barbosa Aranha, deixaram marcas no Arquivo da Casa que refletem o seu interesse pelo vinho, como demonstra a carta de venda e imposição de foro feita por Francisco Prestes e sua mulher Catarina Rodrigues, moradores na freguesia de Santa Comba, termo da Vila de Ponte de Lima^[18], em 23 de novembro de 1609. Por ela se obrigaram a vender a Gaspar Barbosa Aranha e a sua mulher, um quarto de vinho branco mole (em mosto) produzido com uvas da sua vinha da Carabana, situada na quinta

[17] APC-B-B-009-DOC.74 - cx.44.

[18] APC-B-B-009-DOC.199 - cx.46.

do mesmo nome, existente na freguesia de Moreira do Lima. Quer isto significar que o vinho branco já se produzia em terras administradas pela Família Calheiros, pelo menos desde o século XVI.

Em 11 de Maio de 1614, Ana de Barros, viúva de Gaspar Dias, moradora na freguesia de São Paio, da Vila dos Arcos de Valdevez, vendeu dez alqueires de vinho mole a Miguel de Faria e Abreu e sua mulher Brites de Guimarães, moradores em Arcos de Valdevez^[19]. Embora não tenhamos conseguido apurar a razão da presença desta carta de venda no arquivo da Casa de Calheiros, a verdade é que não podemos descartar a hipótese de que, à semelhança do que sucedia com outras Casas, os Calheiros compravam nessa época, vinho em mosto, produzido em terras dos Arcos que incorporavam na sua adega. Assim parece ter acontecido se olharmos outra venda, datada de 26 de setembro de 1626, feita por Estevão Dias, viúvo e morador na freguesia de Calheiros a Garcia Lopes de Calheiros. Desta vez, foram treze alqueires de vinho mole, obtidos na sua vinha e pela quantia de cinco mil e quinhentos réis^[20].

Logo no ano seguinte, em 16 de setembro, Leonor Pinto e Justa Calheiros, moradoras no lugar do Fundo de Vila da freguesia de Calheiros, venderam a Garcia Lopes de Calheiros, morador em Viana, mas estante na sua Quinta do Pinheiro (Paço de Calheiros) cinco alqueires de vinho, obrigando-se a efetuar o pagamento pelo São

Miguel de setembro^[21]. De resto, também se recebia em Calheiros vinho oriundo de Ponte da Barca, como se vê pela escritura feita em 24 de fevereiro de 1621, em que Gonçalo Rodrigues e sua mulher, moradores na freguesia de São Martinho de Crasto, daquela Vila, instrumento notarial pelo qual venderem a Tomé Taveira e sua mulher, cinco alqueires de vinho^[22], ou pela venda que fizeram Jorge Gonçalves e sua mulher Maria Gonçalves, moradores na freguesia de São Martinho de Crasto a Paio Velho de Araújo, de Ponte da Barca, de cinco alqueires de vinho de pensão^[23]. Mais tarde, em 24 de janeiro de 1694, Francisco João e sua mulher a Mariana Fajarda, moradora na sua Quinta de Calheiros, declaram pagar de pensão de uma vinha chamada do Soutelo, que lhes pertencia, vinte e três e meio alqueires de vinho^[24].

A aquisição de vinhas nos séculos XVII a XX

Mas para lá da aquisição de produções, importa referir que a Casa de Calheiros comprou muitas propriedades vitícolas ao longo do século XVII. Sem querermos ser exaustivos, deixemos falar alguns documentos. Assinalamos que, logo em 16 de março de 1616, Baltazar Barbosa Aranha e sua mulher Genebra Brito, moradores na Vila de Ponte de Lima, compraram a Maria Esteves, viúva, moradora em São Miguel do Bárrio, metade da vinha e leira

[19] APC-B-B-005-DOC.136 - cx.47.

[20] APC-B-B-005-DOC.67 - cx.47.

[21] APC-B-B-005-DOC.106 - cx.47.

[22] APC-B-B-005-DOC.185 - cx.48.

[23] APC-B-B-005-DOC.196 - cx.48.

[24] APC-B-B-005-DOC.132 - cx.47.

[25] APC-B-B-009-DOC.79 - cx.44.

[26] APC-B-B-009-DOC.42 - cx.43.

[27] APC-B-B-009-DOC.43 - cx.43.

[28] APC-B-B-007-DOC.44 - cx.39.

[29] APC-B-B-005-DOC.68 - cx.47.

[30] APC-B-B-009-DOC.109 - cx.44.

[31] APC-B-B-009-DOC.195 - cx.46.

[32] APC-B-B-005-DOC.210 - cx.48.

[33] APC-B-A-007-DOC.14 - cx.68.

[34] APC-B-A-025-DOC.59 - cx.32.

da Barreira, localizada na mesma freguesia^[25]. Em 15 de dezembro de 1620, Garcia Lopes de Calheiros comprou a Gaspar Pacheco e a sua mulher Domingas Reimonda, a Vinha da Pereira, situada na freguesia de Calheiros^[26]. Mais tarde, a 5 de junho de 1626, o mesmo Garcia Lopes Calheiros, comprou ao Padre Diogo Pereira Barbosa a vinha designada por Pinta^[27], vinha que, em 6 de março de 1664, pertenceria a Vitória da Cunha Calheiros, viúva, moradora na sua casa e Quinta do Paço Novo de Calheiros, que dela fez doação para dote de casamento^[28].

Em 10 de março de 1625, Garcia Lopes de Calheiros, comprou a chamada Vinha do Rio, na freguesia de Calheiros a Gonçalo de Sousa e sua mulher Maria Rodrigues e a Gaspar Lourenço e mulher Inês de Sousa, filha e genro dos anteriores, todos moradores e lavradores na freguesia de Calheiros, pela quantia de sete mil réis^[29].

Em 1629, o mesmo Garcia Lopes de Calheiros comprava mais uma vinha, desta vez a Ambrósio Afonso e a sua mulher, Maria Dias^[30]. Em 14 de junho de 1632, foi a vez de os Barbosa Aranha voltarem à compra de vinhas, por intermédio de Baltazar Barbosa Aranha e sua mulher Genebra Brito. Adquiriram nessa altura a Domingos Gonçalves da Granja e a sua mulher Maria Gonçalves, duas pequenas vinhas localizadas no chamado Souto da Bouça que haviam recebido como dote para casamento, juntamente com uma

parte da Bouça Fria, localizada na freguesia do Bárrio^[31].

As compras de terras de vinho por parte da família Calheiros continuaram no século XVIII. Em junho de 1784, António de Abreu Malheiro e mulher, da freguesia de Calheiros, venderam a Francisco Lopes Calheiros e Meneses, um campo e vinha situado na freguesia de Calheiros e mais tarde, em janeiro de 1788, António Luís, também morador na freguesia de Calheiros, vendeu a Francisco Lopes de Calheiros de Benevides, outro pedaço de terra de vinha, conforme declaração guardada no arquivo da Casa^[32].

No decurso do século XIX, as preocupações dos Calheiros com propriedades de vinho, continuaram. Logo em junho de 1803, Francisco Lopes de Calheiros e Meneses, contrata-se com Manuel António Maciel, da Quinta de Ancede para que este, por mais três anos, continuasse a trabalhar as terras, pagando as pensões acostumadas sobre o chão da vinha que trazia em exploração^[33]. Mais tarde, em 1824, Pedro Lopes de Calheiros e Meneses, celebrou com Manuel António Rodrigues e sua mulher Josefa Fernandes, moradores na freguesia de Calheiros, uma escritura de prazo perpetuo sobre a vinha, a devesa e a terra lavradia situada por baixo da casa dos emprazados^[34].

As compras de vinhas continuaram também pelo século XIX. Em dezembro de 1843, João Gomes e sua mulher Vitória da Cunha, moradores no lugar da Areosa de

Cima, freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, venderem a Francisco Lopes de Calheiros e Meneses, morador na sua casa e quinta da freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, um “valião” de terra lavradia com vinha e água de rega, situada naquele lugar da Areosa de Cima, pela quantia de quarenta e oito mil réis^[35]. Mais tarde, em 21 de dezembro desse ano, o mesmo Francisco Lopes de Calheiros e Meneses, compra a João Lopes e sua mulher Maria Alves da Rocha, do lugar de Paredes, freguesia de Santa Leocádia do Geraz do Lima e a Domingos José Cerqueira e mulher, Maria Rodrigues Lopes, do concelho de Aboim, os primeiros senhores do usufruto e os segundos enquanto senhores de raiz, uma cortinha de terra lavradia, com suas árvores de vinho e água nascente pelo preço de quarenta e cinco mil réis^[36]. Logo em março de 1845, Constantino Rodrigues Rio e sua mulher Antónia Josefa Correia da Palma, moradores no lugar de Mondim de Baixo, freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, cederam ao mesmo Francisco Lopes de Calheiros e Meneses, a produção por três anos, de duas propriedades situadas no lugar do Chouzo de Mondim e, também aí, para além de outras culturas pontuava a vinha^[37]. Poucos anos volvidos, em maio de 1849, Francisco Lopes de Calheiros e Meneses continuava a comprar terras de vinho, desta vez a Manuel Durães e sua mulher Cândida Rosa, do lugar do Granjal da freguesia de

Vitorino de Piães, terra lavradia, com vinha em uveiras, por oitenta mil réis. Depreende-se que se trata de vinha tradicional da região limiana, com árvores de vinho nas extremas e reserva da parte central para outras culturas, vulgarmente designada por “vinha de cercadura”^[38]. Na correspondência trocada com a sua mulher Maria Emília Falcão Bourbon Cota e Azevedo, são referidas várias remessas de vinho e azeite para o Paço de Calheiros, residência principal do casal^[39].

Já no decurso do século XX, o interesse por terras de vinho, manteve-se por parte da Família Calheiros. Logo nos inícios do século, em junho de 1900, uma certidão requerida por Francisco Lopes de Calheiros e Meneses Benevides, Conde de Calheiros, relativa ao registo da instituição do Vínculo feito por Pedro Marinho Falcão, mencionava que Lourenço da Costa e Inês Ferreira, do lugar do Salgueirinho, freguesia de Santa Marinha, pagavam de prazo da terra e vinha do Salgueirinho vinte e seis alqueires de milho e, vinte de vinho e ainda quatro galinhas por ano^[40].

Em 10 de Julho de 1903, o então Conde de Calheiros, Francisco Lopes de Calheiros e Meneses, estante na sua Casa e Quinta do Antepaço, situada no lugar do mesmo nome da freguesia de Arcozelo, arrenda-a a Joaquim de Amorim e a sua mulher Joana Rosa, lavradores, por uma renda anual de duzentos e cinquenta mil réis e oito medidas de vinho

[39] CARDOSO, António Barros, TRILHO, Sílvia – *A angústia da distância encurtada pela escrita*. In “As Margens da Palavra – Cartas, Vozes e Silêncios Femininos. Porto: APHVIN/ GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho, 2018, p. 23-37.

[40] APC-B-A-006-DOC.24- Cx.9.

[41] APC-B-A-007-DOC.16 - cx.68.

[42] APC-B-A-007-DOC.2 - cx. FSCM.

[43] APC-C-A-003-DOC.150 - cx.55.

[35] APC-B-B-005-DOC.9 - cx.47.

[36] APC-B-B-005-DOC.17 - cx.47.

[37] APC-B-B-005-DOC.12 - cx.47.

[38] APC-B-B-005-DOC.7 - cx.47.

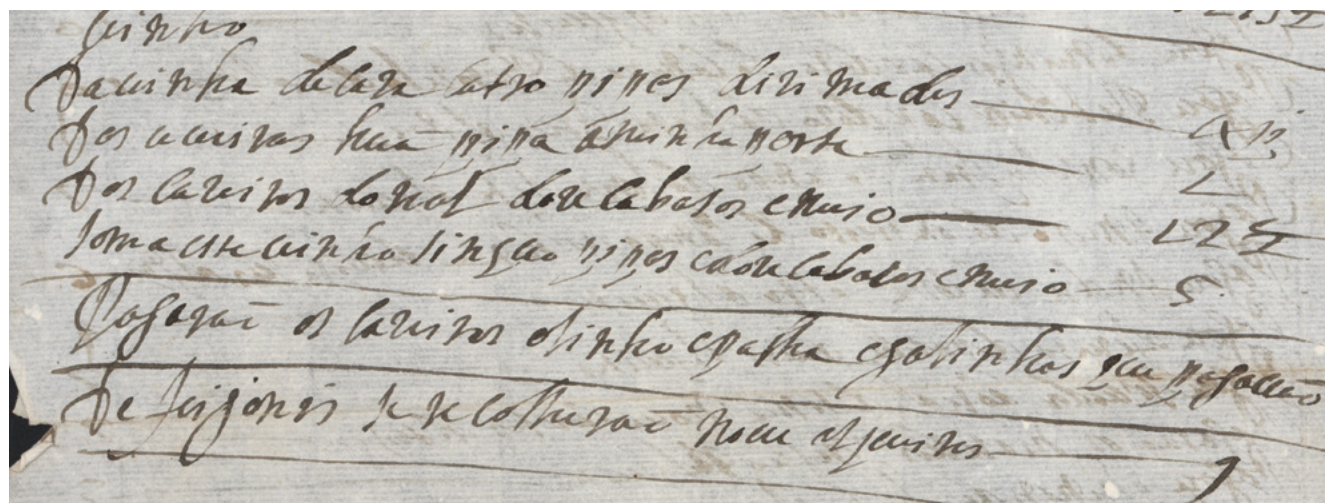


FIGURA 4.

Pormenor do Rol da Quinta de Ancede –
1696^[43]

branco. A propriedade compunha-se de casas altas, terreiro, lojas e terras de lavradio e vinha. De resto, ficavam entregues ao caseiro alguns pertences ligados à vitivinicultura, como um aparelho de pulverizar e três cascos de madeira de castanho, com arcos de ferro, com capacidade para guardarem, respetivamente 1.362, 908 e 454 litros de vinho^[41]. Trata-se de uma propriedade que fez parte da herança deixada por morte da sua tia, Maria Emilia de Faria Machado Pinto Roby, da Casa das Hortas, em Braga.

Mais tarde, em 31 de outubro de 1947, Ângela Adelaide Lopes de Calheiros e Meneses, viúva, proprietária, residente na Quinta das Lages, na Maia, arrendou a José de Sousa, lavrador, residente na freguesia de Calheiros uma propriedade de cultivo denominada Quinta da Bouça, situada no lugar da Bouça, freguesia de Calheiros, por períodos renováveis de um ano e pela renda de cento e dez

alqueires de milho, dois terços de azeite e dois terços do vinho colhido nas ramadas existentes na sua propriedade^[42].

Dos róis das rendas em vinho e do cuidado contabilístico

É sabido que uma das grandes preocupações dos senhorios dominiais é a boa recolha das rendas, fossem em géneros convertíveis em dinheiro ou não, bem como o eficaz controle das despesas de produção. No que ao vinho de Calheiros diz respeito, podemos afixar que em alguns documentos do arquivo desta Casa ressaltam essas preocupações.

No que se refere à receita e sob a forma de róis, pelo menos desde finais do século XVII que eles existem no arquivo da Casa. O mais antigo data de 1696 e diz respeito ao arrolamento de todas as pensões, fossem de trigo, milho

[illegible]**FIGURA 5.**

Rol dos homens que andaram na cava da vinha
na Casa de Calheiros – junho de 1727.

e claro está do vinho, que os caseiros pagavam. Diziam respeito à Quinta de Ancede^[44], propriedade situada na freguesia de São Martinho de Crasto, em Ponte da Barca e que pertenceu ao extinto Convento de São Martinho de Crasto. A mesma foi emprazada por Francisco Lopes de Calheiros e Menezes e fazia parte do Casal de Paio Velho e terras anexas, prazo remido depois da extinção daquele cenóbio que era anexo ao Convento de Santa Maria de Refoios de Lima. A carta de remissão de foro foi passada pelo rei Dom Pedro V, em 9 de dezembro de 1856^[45]. Deste antigo rol percebemos que, maioritariamente a Quinta de Ancede, produzia cereais. Contudo não era desprecienda a produção vinícola de cinco pipas e doze caços e meio por ano.

O primeiro rol de rendas da Casa de Calheiros do século XVIII é ainda um instrumento contabilístico de baixa qualidade analítica. Trata-se do rol dos caseiros que pagavam trigo, centeio e vinho pelo São Miguel de setembro e refere-se ao ano de 1702^[46]. Das rendas de vinho apuraram-se nessa altura produções na ordem das 8 pipas de 550 litros e o rol apresenta-se já seccionado pelos géneros enunciados.

O rol das pensões trigo, milho, palha e vinho, que se recolheram dos caseiros no ano de 1703, apresenta-se igualmente seccionado por produtos, indica o nome dos foreiros e os foros em galinhas, cereais e vinho^[47]. Deste último produto, recolheram-se nesse ano, cerca de

14 pipas. Para o ano de 1704, o arquivo de Calheiros guarda apenas o rol dos caseiros da freguesia de Calheiros e do pagamento das respetivas rendas^[48]. Nessa altura, a Casa de Calheiros recolhia na sua freguesia, aproximadamente, 7 pipas de vinho. Um olhar sobre este documento mostra-nos que, maioritariamente as terras da freguesia de calheiros produziam cereais.

Em 18 de novembro de 1712, através das contas do Padre Gabriel de Araújo Calheiros, acertadas com Jácome Lopes Calheiros, ficamos a saber que as quinas que trazia renderam nesse ano 23 pipas de vinho, avaliadas em 25\$300 réis, já descontadas as despesas com carreiros e barqueiros^[49]. Não cabe no âmbito destas páginas a contabilização pormenorizada elaborada no mesmo ano e que consta da relação dos caseiros que pagavam foros em vinho, centeio e trigo à Casa de Calheiros, tal é a extensão do mesmo documento a merecer aturado estudo noutra oportunidade^[50]. O mesmo se passa com um novo rol elaborado em 1727, do qual constam todas as pensões e foros que pagam os caseiros em milho, centeio, trigo e vinho, desta vez indicando todo o rendimento da Casa de Calheiros, bem como, o que se vendeu no ano de 1727. Este rol, à semelhança do de 1703, apresenta uma configuração organizativa mais racional que os anteriores, os géneros aparecem separados em róis individuais, a começar pelos caseiros que pagavam anualmente o seu foro de galinhas^[51]. Seguem-se

[44] APC-C-A-003-DOC.150 - cx.55.

[45] APC-B-A-025-DOC.106 - cx.34.

[46] APC-C-A-003-DOC.116 - cx.54.

[47] APC-C-A-003-DOC.106 - cx.54.

[48] APC-C-A-003-DOC.114 - cx.54.

[49] APC-C-A-001/74; Cx. 49.

[50] APC-C-A-003-DOC.23 - cx.51.

-lhe os valores das colheitas e dos respetivos caseiros que pagavam à Casa os foros de trigo e centeio, que anualmente depositavam na chamada “casa das colheitas”^[52]. Em listagem separada estavam os caseiros que pagavam foros dos mesmos cereais, mas cuidavam de terras no termo da Vila de Arcos de Valdevez^[53]. Nesse ano, recolheram-se das vinhas da Casa de Calheiros quarenta pipas de vinho. De notar que neste rol também se apontaram as despesas da casa, ou seja, uma contabilidade como referimos mais analítica e racional em que a Casa procura conhecer os seus rendimentos e fazer um balanço de acordo com os gastos que anualmente efetuava^[54].

Ao longo da época Moderna (séculos XV-XVIII), uma das formas que a historiografia do vinho encontra para medir a extensão dos vinhedos, são as indicações sobre o número de homens de cava que cada propriedade empregava^[55]. Por isso, pareceu-nos importante deixar aqui o rol dos 31 homens que andaram na cava da vinha na Casa de Calheiros, em junho de 1727^[56].

Quer isto dizer que, no século XVIII, era já bastante significativa a extensão do vinhedo nos domínios de Calheiros.

A preservação dos vinhos sem dano

Ressuma ainda de um dos documentos de Calheiros, uma das grandes preocupações dos vinha-

teiros, ou seja, o problema da conservação dos vinhos. Sabemos que em regiões vitícolas produtoras de vinhos com elevada graduação alcoólica era mais fácil a sua conservação. Tomemos de exemplo a Região Vinhateira do Douro, onde os vinhos, desde os alvares do século XVI (1531-1532), começaram a tomar o nome de generosos porque o tempo os fazia envelhecer sem se estragarem porque eram elevados os teores de álcool que apresentavam^[57]. Já na Região dos Vinhos Verdes tal não acontecia, os vinhos eram em regra de baixa graduação, até pelos sistemas de condução da videira mais comumente usados nesta região, o enforcado, a ramada ou a vinha arjoada. Por isso, minimizar os danos ao vinho, implicava ser criativo. O documento analisado, embora não se encontre datado, pela grafia parece-nos ter sido elaborado nos alvares do século XIX. Nele descreve-se uma receita de mexas para deitar ao vinho a fim de impedir segundas fermentações^[58]. Primeiro fazia-se uma mistura de enxofre, cravo da Índia, canela, erva doce, cardamomo, beijoira e gordura. Depois de tudo pisado no almofariz obtinha-se uma pasta onde se demolhavam as mechas (pequenas tiras de pano) que depois se introduziam no vasilhame a arder, seguradas pelo batoque, queimando-se assim o oxigénio existente entre as paredes superiores do vasilhame e a superfície líquida do vinho, travando-se a oxidação do mes-

[51] APC-C-A-003-DOC.61 - cx.52.

[52] APC-C-A-003-DOC.65 - cx.52.

[53] APC-C-A-003-DOC.65 - cx.52.

[54] APC-C-A-003-DOC.65 - 8 - cx.52.

[55] ADB – Registo Geral - Tombo da Igreja de São Romão de Fonte Coberta - ano de 1548, 242.13, fls.1. in CARDOSO, António Barros – *Quinta do Tamariz – Lugar de Vinhos com História*. Porto, 2022 (no prelo).

[56] APC-B-A-027-DOC.111 - cx.29 A.

[57] FERNANDES, Rui – Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas, in *Collecção de Ineditos de História Portugueza publicados por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo V, Lisboa, 1824, p. 553.

[58] PT/PC/FAM/APC/B-A/13-013.1/0001

[59] PT/PC/FAM/APC/B-A/13-013.1/0001

mo e a sua sequente degradação. No documento são indicadas as quantidades para 5 ou 6 pipas de vinho^[59].

A terminar

Não cabe nestas linhas o muito que há ainda para dizer sobre o Paço e Quinta de Calheiros. O seu arquivo guarda, qual relicário, preciosos documentos que subsidiam a história da linhagem familiar que mantém esta Casa, válidos igualmente enquanto elementos-chave para se conhecerem relações de âmbito familiar a outras casas nobres do norte de Portugal. Nessa teia relacional que importa aclarar melhor noutras oportunidades pontuam notícias sobre estratégias de natureza vária, das quais os seus protagonistas foram lançando mão, fosse para alargar o morgadio, fosse para assegurarem a indivisão e a sucessão do seu património familiar. Acabaram responsáveis pela conservação de um valioso espólio fundiário e arquitetónico. Ademais, incorporam outras referentes que individualizam o Vale do Lima, os Solares e Casas Senhoriais, o vinho onde pontua hoje predominantemente a casta Loureiro, vinhos frescos, que saciam os muitos peregrinos que calcorreiam os caminhos que escolhem para chegar a Santiago de Compostela. Por tudo o que foi dito, os atuais proprietários percebem bem que são usufrutuários de bens culturais que, pela sua antiguidade e significado histórico, são pertença de Portugal. É tam-

bém por tudo isto que a Casa de Calheiros tem hoje portas abertas ao mundo.